



Tecnologias de Informação e Comunicação e os impactos para os/as trabalhadores/as e para o Serviço Social

Information and Communication Technologies and the impacts for the workers and for the Social Service

Josiane Soares*

 <https://orcid.org/0000-0001-6846-4424>

Laurinete da Silva**

 <https://orcid.org/0000-0002-2973-7220>

Loiva Mara de Oliveira Machado***

 <https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>

Rodrigo José Teixeira****

 <https://orcid.org/0000-0002-2993-5294>

*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: josiane.soares@ufrn.br

**Assistente Social. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, Fortaleza, Brasil). Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERR, Roraima, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: laurinetersilva@gmail.com

***Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: loivadeoliveira@gmail.com

****Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Rio das Ostras, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: rodrigossocial@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n48p7-12



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

O tema desse número 48 da revista *Temporalis* é produto da necessidade de sistematizar e aglutinar as pesquisas realizadas sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no mundo do trabalho e no Serviço Social. Nesse primeiro número dedicado ao uso das TICs, ficamos bem impactadas/os com a quantidade e a qualidade dos trabalhos encaminhados, demonstrando que o Serviço Social, na busca pelos fundamentos do trabalho e da formação profissional, não está alheio às transformações no mundo do trabalho e seus rebatimentos para o efetivo exercício da profissão.

O tema se faz urgente nos debates da categoria, pois o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho que incide diretamente nas manifestações da “questão social” (Iamamoto, 2011) deve estar atento em relação a como as “novas morfologias do trabalho” (Antunes, 2013; Raichelis; Vicente; Albuquerque, 2018) reconfiguram o lócus de atuação e das demandas sociais que nos chegam cotidianamente. Não se trata de uma análise “romântica” das tecnologias. Tampouco de expelir suas potencialidades. A Revista *Temporalis* se ancora no debate trazido por Marx (2010) ao analisar a maquinaria para, primeiramente, desvendar sua racionalidade. As TICs, assim como Marx analisou a maquinaria, devem ser captadas considerando que suas contradições e antagonismos não residem nelas mesmas. Ou seja,

a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre as forças da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza (Marx, 2010, p. 464).

Vale destacar, também, que a tecnologia não é algo novo. Seguindo a tradição teórico metodológica da crítica da economia política, a tecnologia é produto do trabalho humano, da capacidade de buscar a natureza e transformá-la para reprodução do ser social (Marx, 2010; Lukács 2012, 2013, entre outros/as). Não se trata, portanto, na atualidade, de vivenciarmos uma “era tecnológica”: todas as gerações precedentes desenvolveram tecnologias a partir de transformações nas forças produtivas. Segundo Vieira Pinto

O conceito de “era tecnológica” constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: (a) revesti-lo de valor ético positivo; (b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas (Vieira Pinto, 2005, p. 43).

Destacam-se aqui as avançadas tecnologias dos povos originários no trato com a natureza, a agricultura, nos caminhos que percorriam entre os territórios que exigiam desenvolvimento das forças produtivas, formas de comunicação em distintas línguas; assim como, as mais desenvolvidas tecnologias dos/as africanos/as escravizados/as que possuíam inúmeras técnicas de cura com elementos da natureza, entre outros aspectos. Para aprofundar esse debate, o artigo “*Digitalização do Cuidado ou Colonialismo Digital? Questões para o Serviço Social*” de Deivison Mendes Faustino, Diego Rodrigues de Barros, Helen Carolina Sarges de Sousa e Walter Lippold, acerca do colonialismo digital indica a necessidade de ficarmos atentas/os à reprodução do racismo, também, na construção algorítmica.

As TICs devem ser analisadas a partir da racionalidade que expressam no sistema capitalista. Assim é que têm contribuído como uma das estratégias de recuperação das crises do capital, como forma de alterar a composição das taxas de lucro já que “todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho.” (Chesnais, 1996, p. 13). O desenvolvimento das TICs vai aprofundar consideravelmente a capacidade de alteração na forma de acumulação capitalista mundializada. Assim, segundo Chesnais (1996, p. 15), nesse período, a mundialização do capital ocorre sob o comando do capital financeiro, contudo, “é na produção que se cria a riqueza, [...], mas é a esfera financeira quem comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza”. Em decorrência disso, o chamado “trabalho plataformizado” mostra-se, nesse contexto, como forma profundamente exploratória do trabalho e de produção de desigualdades sociais, sendo esse um dos temas em destaque na entrevista com o Professor Ricardo Antunes, realizada pelo comitê editorial nesse número. Nosso entrevistado avalia e registra ainda novas formas de organização da classe, que se encontra sob o trabalho mediado pelas plataformas. Foi esse também o mote da foto que ilustra a capa desse número.

É na produção e geração da riqueza que a tecnologia incide intensificando seu desenvolvimento para posterior circulação e consumo dessas mercadorias, numa totalidade social. Porém esses efeitos estão longe de se restringir ao trabalho produtivo: avançam na circulação dessas mercadorias, por meio de plataformas como Mercado Livre, Amazon, grandes lojas virtuais e os Bancos Digitais que demonstram a diminuição do seu tempo de rotação, ampliando a exploração do trabalho produtivo e de serviços, assim como as taxas de mais valia (Dantas, 2022).

A riqueza produzida pelas chamadas Big Tecs, chega a extrapolar o PIB de muitos países, colocando nas mãos da Uber, Ifood, Airbnb, Amazon os dados e a riqueza produzida pela classe trabalhadora. Nessa direção alteram-se, também, as relações de trabalho. Por isso, para a burguesia se faz importante a ideologia do trabalhador empreendedor, alterando consideravelmente a organização da classe trabalhadora. Tais elementos devem apontar preocupação com os dados que recolhemos e disponibilizamos nas plataformas e nas políticas sociais. Nessa edição artigos como “A Dataficação da vida social sob a Regência do Capital” de Alcina Tertio Lins, “Revolução tecnológica, direito à tecnologia e formação do cidadão virtual: reflexões sobre a sociabilidade capitalista” de Jeferson Anibal Gonzalez, “Crise de 2008, Plataformas de Superexploração e a Ideologia do Trabalhador Empreendedor” de Robson de Oliveira, Michael Gonçalves Cordeiro refletem sobre essa temática. Outros artigos articulam o debate das TICs ao fetichismo da mercadoria e à crítica da econômica política, como artigo “Fundamentos materiais e formas de manifestação do fetichismo da tecnologia” de Luiz Felipe Barros Silva. Dois artigos abordam a temática articulando as condições de trabalho mediadas pelas TICs e o adoecimento físico e mental da classe trabalhadora: “Impactos da tecnologia no trabalho e na saúde mental da classe trabalhadora” de Andréa Cristina Alves, Andréa Cristina Alves, Fernanda Luma Guilherme Barboza, e “Classe trabalhadora uberizada: Uberização e saúde-doença mediadas pelas TICs” de Emilly Bezerra Fernandes do Nascimento, Janaynna de Moura Ferraz.

No trabalho e na formação de assistentes sociais os impactos das TICs não passam incólumes. Do ponto de vista do trabalho, o Estado, maior empregador de assistentes

sociais, tem se alinhado à reestruturação produtiva e ampliado seu espectro de controle da classe trabalhadora.

Por via do discurso da modernização do aparato estatal, os apologistas do capital apostam na tecnologização e no aumento da automação, por meio da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), no gerenciamento e prestação dos serviços públicos. O uso da TIC nos órgãos estatais brasileiros impõe mudanças nos espaços ocupacionais, ditando novos ritmos de trabalho e de organização do tempo. Há um maior controle e mensuração do trabalho, impulsionando a produtividade atrelada ao estabelecimento de metas no serviço público (Jesus; Lins; Teixeira, 2024, p. 144).

Os/As assistentes sociais estão trabalhando com a plataformização desses espaços e das políticas sociais. O teletrabalho, o trabalho remoto e a ausência de espaço físico para o trabalho de assistentes sociais já são uma realidade em alguns espaços socio-ocupacionais.

Nessa edição podemos encontrar uma série de artigos preocupados com os impactos das TICs no trabalho de assistentes sociais: *“Serviço Social e a nova morfologia do trabalho: implicações do trabalho subordinado às TICs”* de Raquel Raichelis, Damares Vicente, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, Terezinha de Fátima Rodrigues; *“O/a assistente social e o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs): tecendo o fazer profissional na contemporaneidade”* de Juliana Grasiela da Silva Dantas Lopes, Elbênia Neris da Silva Bento; *“TIC e seus condicionantes: uma análise crítico-reflexiva a partir do Serviço Social”* de Joselita Olivia da Silva Monteiro, Diego de Oliveira Souza; *“Impactos das TICs e da uberização: desafios para o serviço social”* de Thiago Dutra Holanda de Rezende; *“Tecnologia da Informação e Comunicação e Serviço Social: apontamentos para o debate”* de Maria Eduarda Silva dos Santos, Moema Amélia Serpa; *“Novas tecnologias no trabalho e o serviço social em Mariana-MG pós-pandemia”* de Roberto Coelho do Carmo, Maria Alice Silva Santos Félix, Milena Oliveira Amorim; e, *“Serviço Social, Tecnologia e Racionalização: desafios postos ao exercício profissional”* de Renato Veloso, Vânia Morales Sierra. O que demonstra profissionais e pesquisadores/as atentos/as ao tempo presente subsidiando e refletindo sobre o fazer profissional.

Várias políticas sociais passaram por reestruturações consistentes em relação à incorporação das TICs aos serviços prestados e nesse sentido, certamente, a previdência social é uma das políticas públicas mais impactadas. Desde a implantação do INSS-digital, iniciada em 2017, e o “Meu INSS”, em 2019 ampliaram-se as dificuldades de acesso por parte da população que tem direito a benefícios diversos e aposentadoria. Análises críticas desse quadro também aparecem nos artigos dessa edição demonstrando como isso reforça padrões de desigualdade já que parcela significativa da população brasileira não tem acesso à Internet de qualidade, celular ou computador para demandar os direitos sociais aos quais fazem jus. Os cinco artigos listados a seguir tematizam essas questões sendo eles quatro com foco no INSS: *“Estado Gerencial e Direitos Sociais Tecnologizados: particularidades do Serviço Social no âmbito do INSS”* de Carla Montefusco, Suany Tallita Alves de Sousa Cocentino; *“TICs digitais, racionalização nos serviços públicos e as repercussões no INSS”* de Allana Louise Félix da Silva; *“Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o desmonte das políticas sociais: reflexões sobre os desafios da plataforma ‘Meu INSS’ ”* de Pedro Henrique Almeida Bezerra, Jayanne Kely Oliveira Lima; *“A Dimensão Pedagógica do serviço social e a transformação digital no INSS”* de Pedro

Henrique Costa da Penha, Erlenias Sobral do Vale e “TICs e Política Social: entre o pessimismo da razão e o esperar” de Kênia Augusta Figueiredo, Julia Mara dos Santos, Maria Luiza Almeida Valladão, Matheus de Almeida Queiroz.

Ainda sobre o trabalho profissional, a docência em Serviço Social também foi ponto de discussão em um artigo de Vinícius Paulino Lopes da Silva, Ângela Santana do Amaral intitulado “A Intensificação do Trabalho Home Office Docente no Ensino Superior Público Mediado pelo Uso das TICs no Contexto Pandêmico”.

Do ponto de vista da formação profissional, as TICs ganham centralidade reafirmando as posições históricas da categoria profissional vinculadas à crítica ao Ensino à Distância (EaD) o qual já se mostrou incompatível com o projeto de formação. Destacamos, também, a pesquisa da ABEPSS (2022, p. 26), ao avaliar com os cursos de graduação e pós-graduação o Ensino Remoto Emergencial (ERE), ocasião em que “97% dos respondentes atestam que essa modalidade de ensino causa prejuízos para o projeto de formação do Serviço Social defendido pela ABEPSS”. Nesse aspecto apontamos contribuições importantes do artigo “Trabalho Docente em Serviço Social no Contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE)” de Karina Camille Marques Cezar, Sara Daltro Tavares Paiva, Cilene Sebastiana da Conceição Braga. Ao mesmo tempo, o tema ainda carece de avanços, principalmente, sob a forma de pesquisas que incidam no debate das TICs enquanto conteúdo dos componentes curriculares da formação, articulando os três núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, a esse momento da dinâmica do capitalismo.

Outro desafio atual na formação e nas pesquisas da área é o de abarcar as novas modalidades de trabalho que incluem o trabalho de assistentes sociais com as redes sociais conhecendo-o criticamente e apresentando seus limites. Dois artigos nessa edição abordam esses temas: “Assessoria e consultoria no Serviço Social e Redes Sociais: novos conceitos, novo mercado?” de Marina Monteiro de Castro e Castro e Maria Júlia Touzo Miranda e o artigo “Assistente Social e Trabalho Plataformizado no Instagram: Novas Configurações, Velhas Contradições” de Jéssica da Silveira Teles e Tatiana Reidel.

Nos artigos de temas livres os debates da formação profissional em Serviço Social e da Universidade pública estão presentes nos artigos “Orçamento público, ultraneoliberalismo e expropriação de direitos das/os trabalhadoras/es nas IFES”, de autoria de Mariana Flores Fontes Paiva; “Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal De Minas Gerais – UFMG Campus Montes Claros/MG: uma reflexão sobre os programas implantados” de Michely Gonçalves Mota de Souza e Viviane Bernadeth Gandra Brandão; “Racismo Acadêmico e Formação em Serviço Social: algumas Reflexões” de Cristiane Lourenço; “Relações de Gênero e Carreira Docente: Impactos, Desafios e Perspectivas” de Tatiani Gomes Gouvêa, Vitória Marcelle Lima Guimarães e Ana Louise de Carvalho Fiúza; e, “Serviço Social, ideologia pós-moderna e trabalho docente em instituições privadas de ensino” de Tahiana Meneses Alves. Esses textos apresentam reflexões críticas necessárias ao debate mais atual da formação e reforçam a importância desse tema no escopo editorial da Temporalis.

A seção de temas livres da revista apresenta ainda um artigo sobre “Acumulação Primitiva, Racismo e Questão Social: desdobramentos contemporâneos para a Formação Social Brasileira” de Mariana Alves de Andrade e Sergio Daniel Gianna e outro que aporta uma análise comparativa sobre a categoria “trabalho” na obra de dois intelectuais importantes:

“Os Significados do Trabalho como elemento socialmente construído: uma análise a partir de conceitos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias” de Cibele Ventura Vieira Satuf, reforçando o caráter plural da revista.

Esta edição termina com uma belíssima Homenagem à Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Conceição Pio, escrita e guiada pela sensibilidade de Sâmia Ramos. O texto nos aproxima da trajetória da assistente social e professora Conceição Pio, que dedicou sua vida à formação “bordando aprendizagens e afetos”.

Boa leitura!

Referências

ABEPSS. **Monitoramento:** graduação e pós-graduação: a formação em serviço social e o ensino remoto emergencial. 2022. Disponível em:

<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/abepss-monitoramento-ere-graduacao-e-posgraduacao-202212021724546285500.pdf> acessado em 02/12/2024. Acesso em: 15 nov. 2024.

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. ANTUNES, Ricardo (org.).

Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013. v. II.

DANTAS, Marcos. Informação, trabalho e capital. DANTAS, Marcos; MOURA, Denise, RAULINO, Gabriela; ORMAY, Larissa. **O valor da informação.** São Paulo: Boitempo, 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

IAMAMOTO, Marilda. Proposta de Interpretação Histórico-Methodológica. In: IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 33. ed., Cortez Editora, São Paulo: 2011.

JESUS, Edivane de; LINS, Maria Alcina Terto Lins; TEIXEIRA, Rodrigo José. Os impactos das Inovações Tecnológicas no Âmbito do Trabalho e da Previdência Social. TRÓPIA, Patrícia Vieira; DUTRA, Renata Queiroz; LAPA, Thaís de Souza. **Futuros do trabalho:** reconstruindo caminhos para a proteção social no Brasil. Belo Horizonte, MG: Fino Traço: 2024.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. v. 1.